

BULLYING NAS ESCOLAS: O QUE MUDA COM A LEI N° 14.811/2024

BULLYING IN SCHOOLS: WHAT CHANGES WITH LAW N° 14,811/2024

Vitor Ferreira de Souza (Prefeitura de São José do Rio Preto – vfsouza@educacao.riopreto.br)

Fábio William Maciel (Ordem dos Advogados do Brasil / Londrina – fwmaciel@hotmail.com)

Eliane Carla Forgiarini (Prefeitura de São José do Rio Preto - ecforgiarini@educacao.riopreto.br)

Renata de Arruda Pinto (Prefeitura de São José do Rio Preto - rdpinto@educacao.riopreto.br)

Ellan Eduardo da Silva (Prefeitura de São José do Rio Preto - esilva@educacao.riopreto.br)

Eixo temático: Políticas e Práxis no Ensino Fundamental.

Resumo:

O presente trabalho tem o objetivo de discutir a lei de nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024, que institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, incluindo os crimes de bullying e o cyberbullying no código penal brasileiro, decreto-lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940, em seu artigo 146-A. A pesquisa se utilizou de uma revisão da literatura acadêmica sobre bullying e cyberbullying nas escolas, com exposição de pesquisas quantitativas secundárias realizadas por acadêmicos, órgãos públicos e privados.

Palavras-chave: Bullying escolar. Legislação brasileira. Estabelecimentos educacionais.

Abstract:

The present work aims to discuss law No. 14,811, of January 12, 2024, which establishes measures to protect children and adolescents against violence in educational or similar establishments, including crimes of bullying and cyberbullying in Brazilian penal code, decree-law law no. 2,848 of December 7, 1940, in its article 146-A. The research used a review of the academic literature on bullying and cyberbullying in schools, with presentation of secondary quantitative research carried out by researchers and public and private bodies.

Keywords: School bullying. Brazilian legislation. Educational establishments.

1. Introdução

Com o advento de ideias extremistas no mundo ocidental, catapultado pela facilidade de circulação nas redes sociais, o *bullying* e o *cyberbullying* ganham novas formas de propagação e de intencionalidade, objetos de estudos cruciais para a comunidade escolar brasileira.

No ano de 2024, em consonância com os desafios do novo milênio, o governo federal promulgou a lei de nº 14.811, de 12 de janeiro, que institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, incluindo os crimes de *bullying* e o *cyberbullying* no código penal brasileiro, decreto-lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940, em seu artigo 146-A.

Com o novo arcabouço legal, estabelecimentos educacionais ou similares, públicos ou privados, passarão a ter protocolos de medidas de proteção à violência contra criança e o adolescente, implementadas pelo Poder Executivo municipal e do Distrito Federal, em cooperação federativa com os Estados e a União.

Para dar visibilidade ao tema e ampliar suas reflexões, o presente artigo tem o objetivo de discutir o documento legislativo, a partir de uma revisão da literatura acadêmica sobre *bullying* e

cyberbullying nas escolas, com exposição de pesquisas quantitativas secundárias realizadas por acadêmicos, órgãos públicos e privados.

2. Mas afinal, o que é *bullying* e *cyberbullying*?

Apesar de serem palavras corriqueiras no universo midiático e no cotidiano das escolas, o *bullying* e *cyberbullying* são conceitos que ganharam notoriedade a partir de massacres em estabelecimentos escolares, como um dos mais emblemáticos, o episódio da Columbine High School, em 1999, estado do Texas, Estados Unidos. Dois jovens estudantes armados, de 17 e 18 anos, vítimas da prática de *bullying*, assassinaram 12 colegas e uma professora, suicidando-se logo em seguida.

Etimologicamente, o *bullying* foi cunhado por estudos de Olweus, na Suécia, na década de 1980, que o relaciona “[...] à prática de intimidação, humilhação e/ou agressão” (BATELLI, 2010).

[...] comportamentos agressivos e intencionais praticados entre pares, assinalados pela repetitividade e por um desequilíbrio de poder entre os sujeitos envolvidos (agressores e vítimas). Tais comportamentos apresentam natureza física (empurrar, socar, beliscar, entre outros), verbal (insultos e fofocas) ou psicológica (exclusão, por exemplo). (SILVA *et al*, 2016, p. 81).

No Brasil, o termo foi introduzido no espaço da literatura acadêmica a partir da década de 1980 (FANTE, 2005) e impulsionado a partir dos anos 2000, em trabalhos de pesquisadores como Catini (2004), Constantini (2004), Fante (2005), Lisboa (2005), entre outros. Já o *cyberbullying* é introduzido a partir do advento e utilização das tecnologias digitais.

Na legislação brasileira, aparece na lei de nº 13.185, de 6 de novembro de 2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*). Em seu art. 2º define:

[...] intimidação sistemática (*bullying*) quando há violência física ou psicológica em atos de intimidação, humilhação ou discriminação e, ainda: I – ataques físicos; II – insultos pessoais; III – comentários sistemáticos e apelidos pejorativos; IV – ameaças por quaisquer meios; V – grafites depreciativos; VI – expressões preconceituosas; VII – isolamento social consciente e premeditado; VIII – pilhérias (BRASIL, 2015, n.p).

Em se tratando de contexto escolar, Fante (2005) é uma das principais pesquisadoras brasileiras que estuda o tema do *bullying* nas escolas. De acordo com seus trabalhos, no interior do Estado de São Paulo, ao menos 49% dos alunos já estiveram envolvidos em *bullying* escolar.

3. Lei atual e as perspectivas estatísticas do *bullying* no Brasil

Com a promulgação da nova lei de nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024, o termo *bullying* é associado com uma intimidação sistemática e o *cyberbullying* com intimidação sistemática virtual, explicitados no art. 146-A do Código Penal:

[...] Intimidar sistematicamente, individualmente, ou em grupo, mediante violência física ou psicológica, uma ou mais pessoas, de modo intencional e repetitivo, sem

motivação evidente, por meio de atos de intimidação, de humilhação ou de discriminação ou de ações verbais, morais, sexuais, sociais, psicológicas, físicas, materiais ou virtuais; [...] se a conduta é realizada por meio da rede de computadores, de rede social, de aplicativos, jogos on-line ou por qualquer outro meio ou ambiente digital, ou transmitida em tempo real (BRASIL, 2024, n.p).

Para os sistemas de ensino, com a nova lei, existe a obrigatoriedade de formação dos professores sobre o tema, além de protocolos para estabelecer medidas de proteção à criança e ao adolescente contra qualquer forma de violência no âmbito escolar:

[...] Parágrafo único. Os protocolos de medidas de proteção à violência contra a criança e o adolescente nos estabelecimentos educacionais ou similares, público ou privados, deverão prever a capacitação continuada do corpo docente, integrada à informação da comunidade escolar e da vizinhança em torno do estabelecimento escolar (BRASIL, 2024, n.p).

É premente a formação de professores e profissionais da educação, pois conforme os dados da National Association of School Psychologists (2017), 37 pesquisas mundiais demonstram que a principal causa de suicídio entre crianças e adolescentes é devido ao *bullying*, sendo este mais praticado em ambientes escolares. Fante (2010) alerta para essa realidade:

É evidente que as escolas não são “ilhas de paz” e que os conflitos acontecem de forma natural nas relações sociais, porém, quando não mediados ou mal resolvidos, tendem a resultar em agressões ou violências, geralmente pontuais. É comum que os conflitos sejam motivados por divergências de ideias, desentendimentos em trabalhos em grupo, nos jogos em equipe ou por ciúme, inveja, traição amorosa, etc (FANTE, 2010, p.36).

Além da formação de professores, a lei prevê que seja formulada a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente, reavaliada a cada 10 anos, com ações estratégicas e metas de prevenção e de combate ao abuso e à exploração sexual da criança e do adolescente.

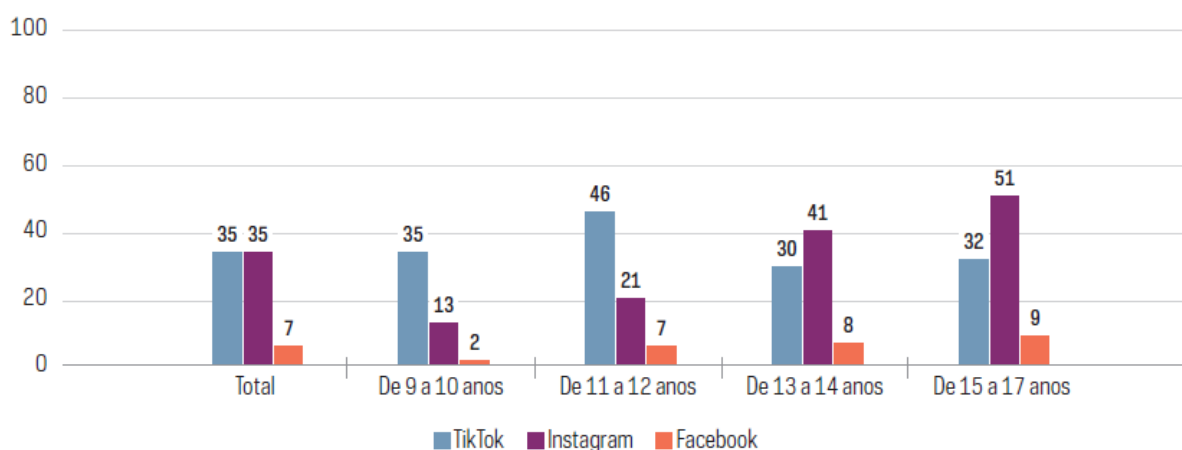
Outro ponto é a exigência de certidões de antecedentes criminais de todos os colaboradores de instituições sociais públicas ou privadas, que desenvolvam atividades com crianças e adolescentes e que recebam recursos públicos. As certidões deverão ser atualizadas a cada 6 meses.

Na discussão proposta, é imperioso que o poder público absorva reivindicações antigas da comunidade escolar voltadas para a administração de situações de conflitos, que culminam em agressões físicas. Entre elas, a segurança no trabalho, auxílio psicológico para estudantes e funcionários, celeridade de ações do Conselho Tutelar, programas de justiça restaurativa na escola, rede de apoio para alunos em condições de vulnerabilidade, diminuição de alunos por sala, entre outras.

É mister salientar que apenas o esforço escolar, com ausência de uma estrutura institucional em rede, não promoverá mudanças significativas nos índices de *bullying* escolar. Consoante a Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 40% dos estudantes admitem já ter sofrido *bullying* nas escolas (IBGE, 2022).

Outro ponto de preocupação é a falta de monitoramento e instrução sobre os malefícios que os ambientes virtuais podem trazer para as crianças e adolescentes. De acordo com a pesquisa ICT Kids Online Brazil (2023), cerca de 86% dos usuários de 9 a 17 anos possuem um perfil em uma rede social. Entre os jovens de 15 a 17 anos, o número se eleva em 96%. Dentre as plataformas mais utilizadas, o WhatsApp aparece com 78%, o Instagram, 64%, e o TikTok, em 60%.

Gráfico 01 – Crianças e adolescentes, por principal rede social utilizada (2022): total de usuários de Internet de 9 a 17 anos (%)



Fonte: ICT KIDS ONLINE BRAZIL (2023, p. 69)

Nesse sentido, repensar o acesso e a regulação do meio digital entre crianças e adolescentes é premissa fundamental para a coadunação de objetivos e papel dos professores em sala de aula. Sobre o universo midiático, Desmurget (2021) adverte:

“Há jogos nos quais um jogador pode assumir a identidade de um assassino e reencenar os homicídios realizados pelos autores da chacina de Columbine High School e Virginia Tech. O objetivo de um desses jogos é estuprar uma mãe e suas filhas; em outro, o propósito é estuprar mulheres indígenas americanas. Há um jogo em que os participantes se lançam numa “faxina étnica” e podem escolher atirar em afro-americanos, latinos ou judeus. Em outro, ainda, os jogadores tentam atirar com um rifle na cabeça do Presidente Kennedy, quando seu veículo passa diante da Texas School Book Depository” (DESMURGET, 2021, p. 267-268).

4. Considerações Finais

A lei sobre o *bullying* e o *cyberbullying* apresenta avanços para a sociedade brasileira, em virtude de dados alarmantes, como demonstram as estatísticas elencadas. Porém, o plano nacional deverá detalhar as ações de cada órgão institucional, não restringindo a responsabilidade apenas para os estabelecimentos educacionais ou similares.

A introdução do *bullying* e *cyberbullying* no Código Penal brasileiro é assertiva na medida em que transforma atos de intimidação sistemática em crime. Proporciona expandir situações que ocorrem também em ambientes corporativos, familiares, entre outros.

Outro ponto a ser analisado é como o poder público municipal e distrital irão promover a formação de professores, tendo um balizamento de objetivos e metas para que cada proposta não seja divergente uma da outra. Mesmo com os desafios, uma certeza é que a escola tem muito a contribuir para o debate do tema, na perspectiva de uma educação inclusiva e cidadã.

Referências

BATELLI, G. S. **Violência nas escolas**. 2010. Monografia (Psicologia) – Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Brasília, 2010.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm Acesso em: 10 jun. 2024.

_____. **Lei nº 13.185, de 06 de novembro de 2015**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Ato2015-2018/2015/Lei/L13185.htm. Acesso em: 10 jun. 2024.

_____. **Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024**. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2024/lei/l14811.htm. Acesso em: 10 jun. 2024.

CATINI, N. **Problematizando o bullying para a realidade brasileira**. Instituto de Psicologia: Campinas, 2004.

CONSTANTINI, A. **Bullying: como combatê-lo?** Prevenir e enfrentar a violência entre os jovens. São Paulo: Itália Nova, 2004.

DESMURGET, M. **A fábrica de cretinos digitais: os perigos das telas para nossas crianças**. São Paulo: Vestígio, 2021.

FANTE, C. A. Z. **Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. 2. ed. Campinas: Verus, 2005.

_____. *Bullying no ambiente escolar*. **Consulex**, São Paulo, v. 14, n. 325, p.10-32, ago. 2010.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar**. Análise de indicadores comparáveis dos escolares do 9º ano do Ensino Fundamental. Município das capitais 2009/2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LISBOA, C. S. M. **Comportamento agressivo, relações de amizade e vitimização em crianças em idade escolar: fatores de risco e proteção.** 2005 Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

NATIONAL ASSOCIATION OF SCHOOL PSYCHOLOGISTS. **Bullying prevention and intervention in schools.** Disponível em: <<https://www.nasponline.org/x26812.xml>>. Acesso em: 11 jun. 2024.

SILVA, J. L. *et al.* **Associações entre Bullying Escolar e Conduta Infracional:** revisão sistemática de estudos longitudinais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 32, n. 1, jan/mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/7fYXpCKYsRKx4y5mrV5X6Gj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 jun. 2024.

TIC Kids Online Brasil 2022. **Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil:** TIC Kids Online Brasil 2022. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2023.